

Ata n.º 180 / XII / 4.ª SL

Aos doze dias do mês de maio de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Resolução nº 113/XII/4ª - “Aprova a Decisão do Conselho de 26 de Maio de 2014 relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia (2014/335/UE, Euratom), feita em Bruxelas” (CDS/PP).

3. Apreciação do Relatório:

DOCUMENTO DE CONSULTA CONJUNTO: “Para uma nova Política Europeia de Vizinhança” – **JOIN(2015)6**
Deputado Relator, António Rodrigues (PSD).

4. Apreciação de Pareceres:

Proposta de Resolução nº 109/XII/4ª - “Aprova o Protocolo de Revisão do Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, assinado em Macau, em 17 de maio de 2014”.

Deputada Relatora, Maria de Belém Roseira (PS)

Proposta de Resolução nº 110/XII/4ª - “Aprova o Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito dos Produtos do Tabaco, que foi adotado em Seul, a 12 novembro de 2012”.

Deputada Relatora, Glória Araújo (PS)

5. Outros assuntos.

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), iniciou os trabalhos pelo **Ponto 1.** da OD, informando a Comissão do seguinte:

- Decorrerá no próximo dia 14, entre as 10h e as 12.30h, no Auditório da Casa Amarela da Assembleia da República, um Workshop sobre Financiamento do Desenvolvimento e Coerência das Políticas, com a presença do Eurodeputado Pedro Silva Pereira, e da Sr.ª Ebba Dohlman (consultora do Secretário-Geral da OCDE);
- Deu entrada nos serviços da Comissão Pedido de emissão de Parecer, formulado pela 1.ª Comissão, referente ao Projeto de Lei n.º 382/XII/2.ª – “quinta alteração à Lei n.º 37/81 (Lei da Nacionalidade)”. De acordo com a grelha de distribuição para este tipo de iniciativas, cabendo ao PS a elaboração do competente Parecer, foi para tal designada a Senhora Deputada Celeste Correia (PS).

Passados ao **Ponto 2.**, o Parecer relativo à Proposta de Resolução em apreço foi distribuída ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, tendo sido designado para o efeito, o Senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila.

Relativamente ao **Ponto 3.** da OD, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) para apresentação do Relatório () em que procede ao escrutínio do Documento europeu em apreço. Depois de pontuar os aspetos fundamentais e estruturantes do Documento, realçou não se pretender com a nova política de vizinhança um qualquer tipo de “fortaelza europeia”, tão só e apenas, dotar a Europeia de uma política

verdadeiramente comum nesta matéria. Referiu, ainda que Portugal deve privilegiar uma abordagem integrada destas questões, devendo ser mais proactivo na sua defesa em sede própria (PESC/PCSD), devendo evitar desvio de meios financeiros a aplicar na situação do Mediterrâneo para o Leste europeu, sinalizando a essencialidade do diálogo como os países do norte de África. Concluiu, propondo, ainda, a elaboração, apresentação e aprovação próxima de um Projeto de Resolução, conjugando as posições sobre esta matéria por parte das 2.ª, 3.ª e 4.ª Comissões Parlamentares.

Interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para felicitar, em nome do seu Grupo Parlamentar, o Autor do Relatório, não só pela reflexão produzida que é de extraordinária importância para Portugal, mas também pela própria iniciativa de voluntariamente ter procedido ao escrutínio deste Documento Conjunto divulgado pela 4.ª Comissão.

Seguidamente, após saudar o Autor do Relatório pelo trabalho produzido e pela apresentação o Senhor Presidente submeteu-o à votação da Comissão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Transitados para o **Ponto 4.** da OD, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Maria de Belém (PS)** para apresentação do seu Parecer alusivo à PPR n.º 109/XII/4.ª. Iniciou a sua apresentação identificando os aspetos essenciais deste Protocolo, designadamente, o seu objeto e motivação, evoluindo depois para o relato da génese do processo de devolução de soberania do território de Macau à China. A este propósito, lembrou que se encontrava naquele território à data da negociação dos acordos. Referiu que a alteração ora preconizada vai de encontro a uma visão correta das relações bilaterais entre ambos os países, lembrando a recente iniciativa chinesa denominada “Uma Faixa, Uma Rota da Seda para o Século XXI”, que Portugal deve saber aproveitar convenientemente. Concluiu, estarem reunidas as condições para que a Proposta em apreço suba a Plenário, para os efeitos devidos.

Interveio o Senhor **Presidente** para informar que as autoridades chinesas fizeram já

chegar o texto da aludida iniciativa, tendo sido já solicitada a tradução da mesma, a fim de ser distribuída aos elementos da Comissão. Sem embargo, já ordenou a difusão da versão em idioma inglês.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Mário Magalhães (PSD)** para saudar o trabalho apresentado pela Autora do Parecer, tendo realçado a visão de reciprocidade que subjaz ao relacionamento bilateral em presença: Macau é uma porta aberta por Portugal na Ásia para a Europa, ao passo que Portugal é uma porta aberta na Europa para a China.

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Seguiu-se a apresentação do Parecer alusivo à PPR n.º 110/XII/4.ª, tendo para o efeito sido dada a palavra à Senhora **Deputada Glória Araújo (PS)**, que começou por aludir ao objeto e motivação da iniciativa, sublinhando tratar-se da 5.ª alteração à Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco. Pretende-se, como referiu, a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos do tabaco, incluindo o contrabando e o fabrico ilícito, componentes fundamentais do controlo do tabaco, para cujo efeito se exigem respostas nacionais e internacionais eficazes, adequadas e abrangentes, até pelos lucros financeiros gerados, que são utilizados para financiar atividades criminosas transnacionais, interferindo fortemente com os objetivos dos governos. Segundo explicou, a Proposta ora analisada pretende dotar as Partes de ferramentas que permitam o aprofundamento da luta contra o comércio ilícito do tabaco, nomeadamente através do estabelecimento de mecanismos de cooperação administrativa, científica e jurídica, bem como da adoção de um regime de infrações apropriado ao nível nacional. Concluiu, que a presente iniciativa reúne condições para subir a Plenário, para os fins devidos.

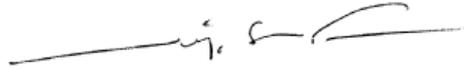
Interveio a Senhora **Deputada Maria José Moreno (PSD)** para felicitar a Autora do Parecer pelo trabalho produzido.

Neste seguimento, foi o Parecer submetido à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, pelas dezassete horas e dez minutos.

Palácio de S. Bento, 12 de maio de 2015.

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Helena Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz

Carlos Páscoa Gonçalves

Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 28/07/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_20150512.mp3